

**Senhores Acionistas:**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

**Patrimônio Líquido e Resultado**

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$646 milhões (31/12/2018 - R\$596 milhões). O lucro líquido apresentado em 31 de dezembro de 2019, foi de R\$98 milhões (31/12/2018 - R\$68 milhões).

**Ativos e Passivos**

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos totais atingiram R\$1.103 milhões (31/12/2018 - R\$1.013 milhões). Desse montante, destacamos, R\$111 milhões (31/12/2018 - R\$407 milhões) por Títulos e Valores

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Mobiliários e R\$314 milhões (31/12/2018 - R\$262 milhões) por Negociação e Intermediação de Valores. Em 31 de dezembro de 2019, o passivo total atingiu R\$457 milhões (31/12/2018 - R\$417 milhões), representado, principalmente, por Negociação e Intermediação de Valores, no montante de R\$327 milhões (31/12/2018 - R\$295 milhões) e R\$103 milhões (31/12/2018 - R\$118 milhões) por obrigações diversas.

**Outras Informações**

A política de atuação da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2019	31/12/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo Circulante</b>		<b>553.332</b>	<b>769.245</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>360.029</b>	<b>304.486</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4 &amp; 15.d</b>	<b>7.630</b>	<b>32.877</b>	<b>Outras Obrigações</b>		<b>360.029</b>	<b>304.486</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>4 &amp; 15.d</b>	<b>97.488</b>	<b>41.740</b>	Sociais e Estatutárias	15.d	-	-
Aplicações no Mercado Aberto		97.488	41.740	Fiscais e Previdenciárias	11	21.822	1.679
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>5</b>	<b>111.355</b>	<b>407.391</b>	Negociação e Intermediação de Valores	6	327.104	294.719
Carteira Própria		111.355	352.445	Diversas	12	11.103	8.088
Vinculados à Prestação de Garantias		-	54.946	<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>96.555</b>	<b>112.922</b>
<b>Outros Créditos</b>	<b>334.653</b>	<b>284.403</b>	<b>Outras Obrigações</b>		<b>96.555</b>	<b>112.922</b>	
Rendas a Receber		264	308	Fiscais e Previdenciárias	11	4.270	3.332
Negociação e Intermediação de Valores	6	314.256	262.017	Diversas	12	92.285	109.590
Créditos Tributários	7	5.433	11.920	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>14</b>	<b>646.400</b>
Diversos	8	14.700	10.159	Capital Social:		-	-
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>2.206</b>	<b>2.834</b>	<b>Outras Obrigações</b>		<b>287.299</b>	<b>297.688</b>	
Despesas Antecipadas		2.206	2.834	De Domiciliados no País		357.689	296.000
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>549.651</b>	<b>243.737</b>	<b>Reservas de Lucros</b>		<b>1.412</b>	<b>1.887</b>	
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>5</b>	<b>311.403</b>	<b>-</b>	Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-
Carteira Própria		25.113	-			-	-
Vinculados à Prestação de Garantias		286.290	-			-	-
<b>Outros Créditos</b>	<b>238.248</b>	<b>243.737</b>	<b>Outros Créditos</b>		<b>7</b>	<b>33.876</b>	<b>33.631</b>
Créditos Tributários		33.876	33.631	Diversos	8	204.372	210.106
Diversos		1	1	<b>Investimentos</b>		<b>1.953</b>	<b>1.953</b>
<b>Permanente</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>Outros Investimentos</b>		<b>(1.952)</b>	<b>(1.952)</b>	
Investimentos		1.953	1.953	(Provisões para Perdas)		-	-
Outros Investimentos		(1.952)	(1.952)	<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>9</b>	<b>68</b>	<b>68</b>
(Provisões para Perdas)		-	-	Outras Imobilizações de Uso		68	68
<b>Intangível</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>(68)</b>	(Depreciações Acumuladas)		-	-
Outros Ativos Intangíveis		295	295	<b>Intangível</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
(Amortizações Acumuladas)		(295)	(295)	Outros Ativos Intangíveis		295	295
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.102.984</b>	<b>1.012.983</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>1.102.984</b>	<b>1.012.983</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
				Legal	Estatutárias			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>296.000</b>	-	<b>33.322</b>	<b>232.764</b>	<b>2.589</b>	-	<b>564.675</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	(702)	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	68.198	68.198
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	14.c	-	-	3.410	-	-	(3.410)	-
Dividendos	14.b	-	-	-	-	-	(36.596)	(36.596)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	-	14.096	-	(14.096)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	-	14.096	-	(14.096)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>296.000</b>	-	<b>36.732</b>	<b>260.956</b>	<b>1.887</b>	-	<b>595.575</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>-</b>	<b>61.689</b>	<b>(4.915)</b>	<b>15.304</b>	<b>475</b>	-	<b>(50.826)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>296.000</b>	<b>61.689</b>	<b>31.817</b>	<b>276.260</b>	<b>2.362</b>	-	<b>638.406</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	(493)	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-	18	-	18
Aumento de Capital com Base em Reservas		-	61.689	-	(61.689)	-	-	-
Distribuição de Dividendos com base em reservas		-	-	-	(12.000)	-	(12.000)	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	98.300	98.300
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	14.c	-	-	4.915	-	-	(4.915)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	-	(35.000)	(35.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	-	29.193	-	(29.193)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	-	29.192	-	(29.192)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>296.000</b>	<b>61.689</b>	<b>41.647</b>	<b>245.652</b>	<b>1.412</b>	-	<b>646.400</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>-</b>	<b>(61.689)</b>	<b>(4.915)</b>	<b>15.304</b>	<b>475</b>	-	<b>(50.826)</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>		<b>296.000</b>	<b>1.689</b>	<b>38.822</b>	<b>298.973</b>	<b>2.922</b>	-	<b>638.406</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	(1.555)	-	(1.555)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-	45	-	45
Aumento de Capital com Base em Reservas		-	60.000	-	(60.000)	-	-	-
Distribuição de Dividendos com base em reservas		-	-	-	(12.000)	-	(12.000)	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	56.504	56.504
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	14.c	-	-	2.825	-	-	(2.825)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	-	(35.000)	(35.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	-	9.340	-	(9.340)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	-	9.339	-	(9.339)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>296.000</b>	<b>61.689</b>	<b>41.647</b>	<b>245.652</b>	<b>1.412</b>	-	<b>646.400</b>
<b>Mutações no Período</b>		<b>-</b>	<b>60.000</b>	<b>2.825</b>	<b>(53.321)</b>	<b>(1.510)</b>	-	<b>7.994</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**Contexto Operacional**

A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares das sociedades da espécie, atuando, dentre outros: na intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público ("underwriting") e administração de fundos. As operações da Santander CCVM são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras da Santander CCVM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre passivos contingentes e receitas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.n).

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 30 de março de 2020.

**3. Principais Políticas Contábeis****a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander CCVM.

**b) Ajuste do Resultado**

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

**c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen Nº 3.068/2011.

**d) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

**e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

**f) Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

**I - títulos para negociação;****II - títulos disponíveis para venda;****III - títulos mantidos até o vencimento.**

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrentes de tal ajuste em contrapartida.

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

**g) Negociação e Intermediação de Valores**

De acordo com a norma vigente, o reconhecimento da receita deve ocorrer quando houver confiabilidade na mensuração e for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

A Santander CCVM, como prestadora de serviços financeiros, reconhece sua receita advinda de taxas cobradas de intermediação à medida que seus serviços são prestados.

**h) Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

**i) Permanente**

De acordo com o maior valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

**1.1) Outros Investimentos**

Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

**1.2) Imobilizado de Uso**

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear com taxa anual de 10% para móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação.

**1.3) Intangível**

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logotipos são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

**j) Plano de Benefícios a Funcionários**

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

**Plano de Contribuição Definida**

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

**Planos de Benefício Definido**

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 22. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, a Santander CCVM aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

**Principais Definições**

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

**k) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mens

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$33.481 (31/12/2018) e R\$39.615, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os exercícios correspondentes.

## 8. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2019	31/12/2018
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	106.279	103.924
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.842	1.636
Para Interposição de Recursos Cíveis	1.530	1.469
Impostos e Contribuições a Compensar <sup>(1)</sup>	95.733	94.803
Garantias Contratuais de Ex-Contraladores (Notas 12 e 13.1)	-	7.080
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 22.a)	11.861	9.254
Devedores Diversos no Exterior - Ex-Contraladores <sup>(2)</sup>	-	1.720
Outros	1.827	378
<b>Total</b>	<b>219.072</b>	<b>220.264</b>

<sup>(1)</sup> Representado principalmente por valores de contribuição social, PIS e imposto de renda a restituir.

<sup>(2)</sup> Valores a receber de depósitos judiciais de ex-contraladores.

## 9. Imobilizado de Uso

Composto por Móveis e Equipamentos de Uso e Sistemas de Comunicação, integralmente depreciados.

## 10. Intangível

Composto por gastos com aquisição e desenvolvimento de lógicos, integralmente amortizados, em 2018.

## 11. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições a Pagar	2.214	1.309
Passivos Tributários Diferidos	4.744	3.702
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	19.134	-
<b>Total</b>	<b>26.092</b>	<b>5.011</b>

## a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2018	Constituição 31/12/2018	Realização 31/12/2018	Saldo em 31/12/2019
Plano de Benefício de Aposentadoria	3.702	1.042	-	4.744
<b>Saldo dos Passivos Tributários Diferidos</b>	<b>3.702</b>	<b>1.042</b>	-	<b>4.744</b>

## b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias		Diferenças Temporárias		31/12/2019
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
2020	296	177	296	177	473
2021	296	178	296	178	474
2022	296	178	297	178	475
2023	297	178	297	178	475
2024 a 2026	297	178	297	178	475
2027 a 2028	890	534	890	534	1.424
2029 a 2031	593	356	593	356	949
<b>Total</b>	<b>2.965</b>	<b>1.779</b>	<b>2.965</b>	<b>1.779</b>	<b>4.744</b>

## 12. Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 13.b) <sup>(1)</sup>	92.756	97.958
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.b)	6.687	8.042
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Contraladores (Notas 8 e 13.1) <sup>(1)</sup>	-	7.080
Provisão para Pagamentos a Efetuar	176	2.745
Plano de Benefício de Aposentadoria (Nota 22.a)	1.013	-
Outras	2.756	1.853
<b>Total</b>	<b>103.388</b>	<b>117.678</b>

<sup>(1)</sup> Conforme Carta-Circular 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

## 13. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

## a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.k).

## b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 12)	92.756	97.958
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 12)	6.687	8.042
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	6.687	8.042
<b>Total</b>	<b>99.443</b>	<b>106.000</b>

## c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2019			01/01 a 31/12/2018		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
<b>Saldo Inicial</b>	<b>97.958</b>	<b>5.461</b>	<b>2.582</b>	<b>185.703</b>	<b>3.318</b>	<b>18</b>
Constituição Líquida de Reversão <sup>(1)</sup>	(8.629)	47	(2.378)	(33.435)	1.737	3.410
Atualização Monetária <sup>(1)</sup>	3.658	717	266	6.111	156	26
Reversões por Pagamentos	(231)	(362)	-	(1.614)	(568)	(873)
Outros <sup>(2)</sup>	354	-	-	(58.807)	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>92.756</b>	<b>6.217</b>	<b>470</b>	<b>97.958</b>	<b>5.461</b>	<b>2.581</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos <sup>(2)</sup>	13.262	1.598	-	22.687	1.408	1.375

<sup>(1)</sup> Contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais.

<sup>(2)</sup> Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

<sup>(3)</sup> Em razão do cenário desfavorável à tese em que se questiona a Majoração de Alíquota da CSLL, e, consequentemente, alteração da classificação de êxito dos respectivos processos, optou-se pelo pagamento dos valores discutidos.

## d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander CCVM com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander CCVM tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

O principal processo judicial e administrativo relacionado a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, está descrito a seguir:

**PIS e Cofins** - R\$25.152 (31/12/2018 - R\$24.354): a Santander CCVM interpôs medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

## e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é:

**Dedutibilidade da CSLL no IRPJ** - R\$47.189 (31/12/2018 - R\$48.454): pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ. Com o encerramento da lide desfavorável, os depósitos judiciais serão convertidos em pagamento.

**ISS** - Instituições Financeiras - R\$10.111 (31/12/2018 - R\$8.864): refere-se a discussões em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

## f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

## g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São ações de caráter indenizatório e referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo e doenças ocupacionais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

## h) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$512.179 e os principais processos são:

**IRPJ e CSLL - Auto de Infração** - Desmutualização das bolsas - Autos de infração lavrados pela Receita Federal para a cobrança de IRPJ por suposto acréscimo patrimonial quando da transformação societária das bolsas (Bovespa e BM&F) em sociedades anônimas ("desmutualização"), acarretado pela conversão dos títulos patrimoniais detidos pelas empresas nas bolsas em ações. Alega-se a impossibilidade de tributação do valor correspondente à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, por tratar-se de mera permuta não havendo, portanto, a incidência de IRPJ e CSLL. Aguarda-se decisão Administrativa ou decisão judicial de primeira instância. Em 31 de dezembro de 2019, O valor envolvido atualizado é de R\$322.850.

## PIS e Cofins - Desmutualização das Bolsas

- cobrança de PIS e Cofins sobre o resultado na venda das ações que substituíram os títulos da BM&F e Bovespa, sob a alegação de que as ações estariam classificadas em conta de ativo circulante. Referidas ações estavam classificadas em conta do ativo permanente, sendo que a venda das mesmas foi excluída da base de cálculo de PIS e Cofins conforme determina o art. 3, § 2, inciso IV da Lei Nº 9.718/1998. Em 31 de dezembro de 2019, o valor era de aproximadamente R\$67.578.

**IRPJ - Incentivo Fiscal Informática** - Auto de infração lavrado pela Receita Federal para a cobrança de IRPJ por supostas deduções indevidas da base de cálculo do tributo. Aguarda-se julgamento no CARF. O valor envolvido atualizado é de R\$23.154.

**IRPJ/CSL - JCP** - Autos de infração lavrados pela Receita Federal para a cobrança de IRPJ, por suposto excesso dedução de JCP da base de cálculo dos tributos. Aguarda-se julgamento no CARF. O valor envolvido atualizado é de R\$14.325.

**Compensação Não Homologada** - Diversas cobranças Administrativas e Judiciais por parte da Fazenda Nacional, relativas a tributos e penalidades eletronicamente com crédito decorrente do Saldo Negativo e pagamento a maior ou indevido. Na visão do Fisco, existem inconsistências contábeis e também nas obrigações acessórias que impossibilitam a verificação do crédito. Os casos estão sendo discutidos no âmbito administrativo e também no âmbito judicial. Em 31 de dezembro de 2019, o valor era de aproximadamente R\$12.493.

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Contraladores

Em 31 de dezembro de 2019, refere-se a ações de natureza fiscal no montante de R\$0 (31/12/2018 - R\$7.080), registrado em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 12) de responsabilidade de ex-contraladores. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-contraladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 8). No primeiro semestre de 2019, o Banco Santander, controlador da Santander CCVM, efetuou um acordo com um ex-contralador onde as obrigações registradas passaram a ser de responsabilidade do Banco Santander.

## 14. Patrimônio Líquido

## a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, é composto por 28.135.346 mil ações, nominativas e sem valor nominal (14.067.673 mil ações ordinárias e 14.067.673 mil ações preferenciais), todas de domiciliados no país.

Em 30 de abril de 2019, foi aprovado o aumento de Capital no montante de R\$1.689, passando o capital social do valor de R\$296.000 para R\$297.689, homologado pelo Bacen.

Em 15 de agosto de 2019, foi aprovado o aumento de Capital no montante de R\$60.000, passando o capital social do valor de R\$297.689 para R\$357.689, homologado pelo Bacen.

## b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Sociedade e participarão em igualdade de condições, com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas, provenientes da capitalização da correção monetária de qualquer natureza, de lucros em suspensão, reservas ou quaisquer outros fundos.

Em 30 de maio de 2018, foi aprovado destaque de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$36.596, correspondente a R\$ 0,00280143 por ação. Sobre o valor dos juros remuneratórios do capital investido será efetuada a retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, na forma da legislação em vigor, no montante de R\$ 31.107, correspondente a R\$ 0,00221121 por ação. O pagamento foi efetuado em 04 de julho de 2018.

Em 15 de agosto de 2019, foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares com base em reservas, no valor de R\$12.000. O pagamento foi efetuado nesta data.

Em 28 de agosto de 2019, foi aprovado destaque de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$35.000, correspondente a R\$ 0,001244 por ação. Sobre o valor dos juros remuneratórios do capital investido será efetuada a retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, na forma da legislação em vigor, no montante de R\$29.750, correspondente a R\$0,001057 por ação. O pagamento foi efetuado em 25 de outubro de 2019.

## c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

## Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

## Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinado 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander CCVM e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

## 15. Partes Relacionadas

## a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander CCVM realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2019, fixado no valor máximo de R\$10. A Santander CCVM é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander CCVM não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

## b) Participação Acionária

A Santander CCVM é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 28.135.346 mil ações (14.067.640 mil ações ordinárias e 14.067.640 mil ações preferenciais), equivalentes a 99,999% do capital social, bem como participação acionária indireta através da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing") de 66 mil ações (33 mil ações ordinárias e 33 mil ações preferenciais), equivalentes a 0,001% do capital social, totalizando uma participação de 100%.

## c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outros desvantagens.

As principais transações e saldos com o controlador Banco Santander são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	7.630	-	32.877	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(1)</sup>	97.488	5.001	41.740	1.546
Rendas a Receber <sup>(2)</sup>	246	-	299	546
Valores a Receber de Sociedades Ligadas <sup>(3)</sup>	1.612	591	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas <sup>(3)</sup> (Nota 17)	-	(59.221)	-	(60.851)
Outras Obrigações - Diversas	-	-	-	(109)

## Ativos (Passivos)

	31/12/2019		31/12/2018	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2018
Disponibilidades	7.630	-	32.877	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(1)</sup>	97.488	5.001	41.740	1.546
Rendas a Receber <sup>(2)</sup>	246	-	299	546
Valores a Receber de Sociedades Ligadas <sup>(3)</sup>	1.612	591	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas <sup>(3)</sup> (Nota 17)	-	(59.221)	-	(60.851)
Outras Obrigações - Diversas	-	-	-	(109)

## Receitas (Despesas)

	31/12/2019		31/12/2018	
	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)
	31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2018
Disponibilidades	7.630	-	32.877	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(1)</sup>	97.488	5.001	41.740	1.546
Rendas a Receber <sup>(2)</sup>	246	-	299	546
Valores a Receber de Sociedades Ligadas <sup>(3)</sup>	1.612	591	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas <sup>(3)</sup> (Nota 17)	-	(59.221)	-	(60.851)
Outras Obrigações - Diversas	-	-	-	(109)

## Ativos (Passivos)

	31/12/2019		31/12/2018	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2018
Disponibilidades	7.630	-	32.877	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(1)</sup>	97.488	5.001	41.740	1.546
Rendas a Receber <sup>(2)</sup>	246	-	299	546
Valores a Receber de Sociedades Ligadas <sup>(3)</sup>	1.612	591	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas <sup>(3)</sup> (Nota 17)	-	(59.221)	-	(60.851)
Outras Obrigações - Diversas	-	-	-	(109)

## Receitas (Despesas)

	31/12/2019		31/12/2018	
	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)
	31/12/2019	01/01 a 31/12/2019		